

Ass *Luís Gonzaga Valente*
Ass

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 37

Aos vinte e oito dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e oitenta e um, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, sob a Presidência do Presidente Alberto Dionísio Branco Lopes, secretariado pelos Vogais Judite Yolanda Capelo dos Santos e Fernando dos Santos Manata, respectivamente primeiro e segundo secretários eleitos e com a presença dos Vogais Francisco Fernando da Encarnação Dias, Henrique Manuel Marques Domingos, Eduardo António Ramalheira, António Manuel Carvalho Serra Granjeira, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Estêvão de Sousa Rosas, Maria Helena Dias Camelo, Domingos Simões Maia, Maria Odete Gonçalves Gaspar da Paula, Manuel Marques Anileiro, António José Ferreira Simões Vieira, Arlindo da Cruz, António Pereira Campos Naia, Maria Antónia Corga Vasconcelos Pinho e Melo, Silvério Conde Teixeira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, António Manuel de Almeida Alves, Pedro Martins Bastos, João Manuel Caniço de Seíça Neves, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, António Henriques Sancho, João Garmelas da Silva Matias, Vital Marques Miranda, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Manuel Gaspar Fernandes e Luís Gonzaga Valente de Sousa.

Pelas 10 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais João Francisco do Casal, José Maria Lobo Portugal M.R. Raposo, Carlos Valentim Armada de Sousa e Silva, Octaviano Augusto Ferreira de Seabra, Vitor José Pedrosa da Silva, Delfim Delmar Pereira Barreto, Manuel Silvestre Almeida Simões Cunha, Jorge Cardoso do Vale Leite da Silva, Henrique Manuel Aubry de Oliveira Pontes de Gouveia, António Rocha Dias de Andrade, Celso Sousa de Figueiredo Gomes, Maria Joana Gaspar de Melo Albino C. Cruz, Flávio Ferreira Sardo, Manuel Simões Madail, Jaime Ferreira Marques Vieira, Horácio Camões Sobral e António Maio Ferreira Capela.

Iniciado, de imediato, o período de antes da ordem de trabalhos, tomou a palavra o Vogal Carlos Candal que se referiu à aprovação da implantação do Edifício-Rumo no Largo do Cojo e segeriu que se convocasse uma Reunião de Técnicos, talvez a nível partidário, a fim de se pronunciarem

[Handwritten signatures and initials]

sobre o assunto.

Referiu-se ainda a uma notícia que teve conhecimento, relativa à aprovação de um edifício de 12 andares para a Rua Fernão de Oliveira (junto ao Bananeiro) que, quanto a ele, tem problemas de estética, de equilíbrio de funcionalidade e até de saturação.

Também no uso da palavra, o Vogal Pedro Bastos, salientou uma notícia publicada num Jornal, relativa à aprovação pela Assembleia Municipal do Plano para construção do edifício-rumo e perguntou quando é que a Assembleia aprovou o assunto, pois que na última reunião ele tinha saído e que lhe parecia que tinha deixado de haver quorum.

Seguidamente o Vogal António Vieira perguntou se a Cidade vai ter iluminações no Natal e se já está prevista a restauração do Coreto do Parque.

Também no uso da palavra o Vogal António Granjeira referiu-se ao problema da Cadeia de Aveiro e sugeriu que se pressionasse o Governo, no sentido de ser construído um novo estabelecimento prisional, em zona diferente daquela onde actualmente se encontra.

De seguida o Vogal Campos Naia chamou a atenção para o estado de degradação em que se encontram o busto do Dr. Lourenço Peixinho, junto à Estação do C. F. e o passeio paralelo ao Conservatório de Música, que aguarda, há anos, o seu calcetamento.

Referiu-se também à generalidade dos passeios da Cidade que se encontram com falta de pedra e à falta de limpeza das ruas. Perguntou, a finalizar, o mesmo Vogal, se existe algum estudo de modificação da Praça de Joaquim de Melo Freitas.

Imediatamente a seguir, o Presidente da Mesa, relativamente ao problema das actas, pediu aos Senhores Vogais que, de futuro, todas as moções e declarações de voto que pretendam fiquem traduzidas na acta, sejam apresentadas à mesa, por escrito, a fim de poderem ser transcritas na íntegra, pois que, se assim acontecer, será extremamente facilitado o trabalho do funcionário encarregado de redigir as respectivas actas.

Respondendo seguidamente ao Vogal Pedro Bastos, o Presidente da Mesa informou-o de que, quando foi feita a votação para a aprovação do edifício-rumo, a Assembleia tinha efectivamente quorum, como, aliás, se pode verificar da correspondente acta.

Seguidamente tomou a palavra o Presidente da Câmara que se referiu às intervenções do Vogal Carlos Candal, relativas ao edifício-rumo, nomeadamente quanto à cêrcea do mesmo, prestou vários esclarecimentos acerca do assunto e deu a conhecer que o Sr. João Nunes da Rocha adjudicou já as

respectivas fundações, as quais começarão em Janeiro e cujo prazo de execução é de 9 meses.

Sobre o problema do edifício alto, junto ao Bananeiro disse o Presidente da Câmara, ^{/que} oportunamente aparecera na Câmara um estudo para o gaveto das Ruas Manuel Firmino, Fernão de Oliveira e Conselheiro Luís de Magalhães, ao qual o Gabinete de Urbanização da Câmara deu o seu acordo, de princípio, dado que o mesmo se enquadrava no conjunto do edifício torre.

Relativamente ao mesmo edifício prestou também esclarecimentos o Sr. Eng^o Maçarico dos Serviços de urbanização e Obras da Câmara Municipal.

O Vogal Carlos Candal em sequência das explicações do Presidente da Câmara disse não ter qualquer preconceito contra os edifícios altos, mas simplesmente quanto ao problema da implantação e do aspecto. Referiu que os edifícios altos em Aveiro não trazem só problemas de equilíbrio estético mas também de funcionamento e voltou a sugerir que se convocasse uma reunião com arquitectos de todos os partidos políticos e outros, a quem se lhes forneçam elementos necessários à apreciação do respectivo plano.

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que, em seu entender, não deveria ser a Câmara a provocar essa reunião de técnicos mas sim a Assembleia Municipal.

Respondeu seguidamente às questões formuladas pelos Vogais António Vieira, António Granjeia e Campos Naia, referentes, relativamente, às iluminações de Natal, à Cadeia e à modificação da Praça de Melo Freitas.

O Verador Eng^o Cruz Tavares prestou esclarecimentos acerca da deliberação municipal que decidiu fechar ao trânsito a zona baixa da cidade, durante a época de Natal.

Imediatamente a seguir o Vogal Encarnação Dias, também no uso da palavra, referiu-se, também, ao problema dos edifícios em altura e salientou que, pessoalmente, anda ansioso para ver crescer o edifício-rumo. Continuando no uso da palavra, o mesmo Vogal felicitou a Câmara pela decisão tomada relativamente ao fecho ao trânsito da baixa citadina, durante a época de Natal, que se aproxima, pois considera que não trará quaisquer problemas ao Comércio e espera até que a Câmara parta dali para uma solução definitiva.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara propôs que a Assembleia fizesse uma proposta relativa ao problema da cadeia.

Apresentadas duas propostas pelos Vogais Carlos Candal e António Granjeia, as quais foram lidas pelo Presidente da Assembleia e, posteriormente, admitidas à discussão, por unanimidade.

Depois de troca de impressões acerca das referidas propostas, foi deliberado refundi-la numa só, a qual é do seguinte teor:

"Considerando que a localização da chamada Cadeia de Aveiro se tornou absolutamente inadequada, designadamente por se encontrar enquistada no "Campus" da Universidade de Aveiro e numa Zona Habitacional; Atendendo a que esse estabelecimento prisional não satisfaz aos requisitos de reclusão mínimos modernamente exigíveis; E recordando que os Serviços Prisionais, já há muito vêm prometendo a remoção da aludida prisão, a Assembleia Municipal de Aveiro delibera solicitar ao Ministério da Justiça e Reforma Administrativa urgência nos estudos e iniciativa, conducentes à remoção do edifício da Prisão Regional implantada no Bairro da Gulbenkian, na Cidade de Aveiro".

Posta de imediato à votação a transcrita proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Seguidamente deu-se início à Ordem de Trabalhos:

PONTO Nº 1- COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA - No uso da palavra o Presidente da Câmara fez um relato circunstaciado sobre a situação financeira da Câmara Municipal e referiu-se, às várias obras em curso no Concelho, ao início das obras de remodelação da rede de águas da cidade, ao problema dos esgostos e informou também, que foi entregue, recentemente, o estudo prévio para captação de águas no Vouga.

Entretanto abandonaram a sala os Vogais Maria Helena, Maria Odete e Encarnação Dias.

Os trabalhos foram, seguidamente, interrompidos para almoço. Eram 13 horas.

Reiniciados os trabalhos, pelas 15 horas, verificaram-se as seguintes presenças:

Alberto Dionísio Branco Lopes, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Henrique Manuel Marques Domingos, Judite Yolanda Capelo dos Santos, Eduardo António Ramalheira, António Manuel Carvalho Serra Granjeira, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Estêvão de Sousa Rosas, Maria Helena Dias Camelo, Maria Odete Gonçalves Gaspar da Paula, Manuel Marques Anileiro, António José Ferreira Simões Vieira, Arlindo da Cruz, Fernando dos Santos Manata, Maria Antónia Corga Vasconcelos de Pinho e Melo, Silvério Conde Teixeira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, António Manuel de Almeida Alves, Pedro Martins Bastos, João Manuel de Seíça Neves, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, João Gamelas da Silva Matias, Vital Marques Miranda, Manuel Gaspar Fernandes e Luís Gonzaga Valente de Sousa.

Faltaram os Senhores João Francisco do Casal, José Maria Lobo Portugal M.R. Raposo, Carlos Valentim Armada de Sousa e Silva, Octaviano Au-

gusto Ferreira de Seabra, Domingos Simões Maia, Vitor José Pedrosa da Silva, Delfim Delmar Pereira Barreto, Manuel Silvestre Almeida Simões Cunha, Jorge Cardoso do Vale Leite da Silva, Henrique Manuel Aubry de Oliveira Pontes de Gouveia, António Rocha Dias de Andrade, Celso Sousa de Figueiredo Gomes, Maria Joana Gaspar de Melo Albino Campos Cruz, Flávio Ferreira Sardo, Manuel Simões Madail, António Henrique Sancho, Jaime Ferreira Marques Vieira, Horácio Camões Sobral, António Maio Ferreira Capela, Manuel Pereira Cabral Monteiro e António Pereira Campos Naia.

Relativamente à comunicação do Presidente da Câmara, o Vogal Pedro Bastos perguntou qual o montante da dívida para com a E.D.P., o que se passou em relação ao alargamento do Mercado Manuel Firmino, Infantário da Quintado Canha e ainda sobre a verba dispendida para edição do Livro recentemente publicado e qual a dívida em relação à equipa de conversão das passagens de nível.

Também no uso da palavra, o Vogal Silvério Teixeira perguntou qual a data prevista para o desvio dos esgotos do Canal Central e se há algum esboço para limpeza dos canais.

Seguidamente, o Vogal Henrique Domingos fez também algumas perguntas, nomeadamente sobre o problema do trânsito na Avenida 25 de Abril e sugeriu que tanto o Liceu como a Escola Comercial abrissem os portões laterais para facilitar a saída dos alunos e evitar os acidentes que ali se têm verificado.

Chamou também a atenção para o facto de ainda não estar concretizado o acesso ao Porto de Aveiro e sugeriu que se oficiasse à J.A.E. no sentido de se efectuar a construção final da estrada Aveiro Vilar-Formoso.

Acerca deste assunto o mesmo Vogal apresentou em nome do C.D.S. a proposta do seguinte teor: "A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em sessão ordinária de 28 de Novembro de 1981, deliberou que fosse transmitido ao M.O.P. e à J.A.E. o interesse de ser incluído no projecto da Via Rápida Aveiro - Vilar Formoso, o troço de acesso directo ao Porto de Aveiro, justificando-se, assim, ainda mais, a construção daquela Via como verdadeira ligação internacional".

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Candal se referiu ao problema da estrada de acesso ao Porto de Aveiro.

O Presidente da Câmara prestou todos os esclarecimentos pedidos pelos Vogais atrás mencionados.

Também o Vereador da Câmara, Eng.º Sequeira Pereira prestou esclarecimentos relacionados com problemas de saneamento.

O Presidente da Câmara continuou a dar explicações acerca de toda a matéria focada e relativamente à dívida à E.D.P., referiu que esse é um assunto que será trazido à Assembleia Municipal.

Relativamente ao problema do alargamento do Mercado Manuel Firmino, a Vereadora D. Eneida comunicou que está a ser feito um estudo no sentido do Mercado abastecedor passar para o Largo do Cojo.

Quanto ao Infantário da Quinta do Canha, também a mesma Vereadora prestou esclarecimentos acerca dos motivos que conduziram ao embargo da obra.

Seguidamente foi deliberado, por unanimidade, submeter à discussão, a proposta apresentada pelo C.D.S., referente ao troço de acesso do Porto de Aveiro.

A Vogal Maria Antónia perguntou se aquele troço não estaria já incluído do traçado Aveiro-Vilar Formoso, tendo respondido a esta questão o Engenheiro Maçarico dos S.U.O. da Câmara Municipal.

Neste momento abandonou a Sala o Vogal Luís Gonzaga. Também o Vogal Eduardo Ramalheira fez algumas perguntas relacionadas com o mesmo assunto, às quais o Presidente da Câmara respondeu.

Posta seguidamente à votação a proposta do C.D.S. foi a mesma aprovada por unanimidade.

Imediatamente a seguir foi lida uma moção apresentada pelo P.S.D., que é do seguinte teor: "A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em 28 de Novembro de 1981, deliberou chamar a atenção da Junta Autónoma do Porto de Aveiro para a urgência da limpeza dos canais da cidade".

Depois de uma breve troca de impressões sobre o assunto, foi a mencionada moção posta à votação, tendo merecido aprovação por unanimidade.

De imediato foi posta à discussão a acta nº 35 e como ninguém usou da palavra, foi a mesma posta à votação, tendo sido aprovada com vinte votos a favor e 5 abstenções.

Foi, depois, posta à discussão, a acta nº 36 e como ninguém usou da palavra, foi, também, a mesma aprovada com 16 votos a favor e 9 abstenções.

Imediatamente a seguir, entrou-se no ponto nº 2 da Ordem de trabalhos:

PONTO Nº 2-SEGUNDA REVISÃO ORÇAMENTAL DA CÂMARA MUNICIPAL E PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:- Sobre a matéria, prestou vários esclarecimentos o Chefe de Secretaria da Câmara Municipal.

Posto o assunto à discussão, toma o palavra o Vogal Pedro Bastos que propôs que aqueles documentos não fossem agora apreciados devido ao facto de os mesmos não terem sido entregues atempadamente para análise.

Também o Vogal Encarnação Dias propôs que se fizesse um pequeno intervalo de 10 minutos a fim de cada grupo parlamentar poder tomar conhecimento dos documentos.

Seguidamente o Vogal Pedro Bastos propôs que as propostas apresentadas fossem votadas pela ordem inversa, isto é, 1ª a do Vogal Encarnação Dias e depois a do proponente, tendo esta proposta merecido aprovação com 22 votos a favor e 3 abstenções.

Posta então à votação a proposta apresentada pelo Vogal Encarnação Dias (intervalo de 10 minutos) foi a mesma aprovada por unanimidade.

Segui-se então um intervalo de 10 minutos, decorrido o qual foi posta à votação a proposta do Vogal Pedro Bastos (não apreciação dos documentos em causa), tendo a mesma sido rejeitada com 2 votos a favor, 20 votos contra e 3 abstenções..

Seguidamente o Vogal Encarnação Dias faz a seguinte declaração de voto: "Votámos contra a proposta, considerando as razões apresentadas pelo executivo camarário e para vencer situações burocráticas. No entanto, e como também consideramos pertinentes as reservas apresentadas pelo Sr. Pedro Bastos, chamamos a atenção da Câmara para que de futuro, e sempre que possível, os elementos para análise possam chegar mais cedo aos membros da Assembleia".

Foi então, de imediato, posta à votação a 2a. Revisão Orçamental da Câmara Municipal, tendo a mesma sido aprovada com 20 votos a favor e 5 abstenções.

Também a Vogal Maria Antónia faz a seguinte declaração de voto, em nome do P.S.D.: " O PSD aprovou os dois documentos apresentados por não desejar prejudicar o funcionamento da Câmara ou os seus trabalhadores.

Continua no entanto a afirmar uma posição de crítica, posição já várias vezes tomada em anos anteriores, ao facto de os documentos serem entregues aos membros com muito pouca antecedência. Sugeriu, por isso, que futuramente esse facto se não repetisse".

[Handwritten signature]

O Vogal Pedro Bastos faz também a seguinte declaração de voto, em nome da APU: " A APU absteve-se nesta votação sobre as revisões orçamentais na medida em que

a) se trata de matéria de larga sensibilidade e interesse para todos os municípes;

b) tem sido prática permanente do executivo o não fornecimento atempado das propostas para discussão;

c) (se tenta por sistema colmatar essa falha do executivo com compromissos inadiáveis do mesmo;

d) tais atrasos se traduzem objectivamente num desprestígio deste órgão colegial, pelo que

§ único- se reclama do executivo um maior cuidado e o pronto fornecimento dos materiais a discutir".

Também o Vogal António Alves, em nome do PS, fez a declaração de voto do seguinte teor: "Votamos pela abstenção tendo em conta que diversas verbas apresentadas nos orçamentos suplementares mereciam esclarecimentos mais sucintos por nos parecerem avultadas".

Seguidamente passou-se à votação do segundo documento-la. Revisão Orçamental dos Serviços Municipalizados-tendo também o mesmo merecido aprovação com 20 votos a favor e 5 abstenções.

O Vogal Arlindo Cruz fez a seguinte declaração de voto: " Votei a favor destas duas propostas (a aprovação dos 2 Orçamentos) por entender que não devia prejudicar o bom andamento dos "Serviços de Tesouraria da Câmara" considerando pertinentes os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Chefe da Secretaria da mesma.

Todavia, também entendo, que documentos desta natureza para serem honestamente aprovados terão de nos chegar às mãos, com a antecedência devida; não que não se confie nos "Serviços" simplesmente porque é minimamente coerente.

E, para se evitarem situações aborrecidas deste género- exploratórias por vezes- é conveniente que os "Serviços" providenciem no sentido de nos fazer chegar às mãos, documentos deste género, com tempo suficiente para análise".

Passou-se, de seguida, ao Ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos

PONTO Nº 3 - POLÍTICA E MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO DE SOLOS AGRÍCOLAS NA ÁREA DO CONCELHO:- Sobre este ponto, usou da palavra o Vogal Ramalheira, na qualidade de porta-voz da Comis-

são que foi eleita para apreciação do assunto e leu duas propostas apresentadas pela Comissão, que são do seguinte teor: PROPOSTA 1 - " No âmbito dos critérios prioritários para defesa dos solos agrícolas, já apresentados em documento anterior ^{como seu} e/ complemento, verifica-se que através da Carta de Capacidade de Uso dos Solos (Escala: 1/25.000) do Concelho de Aveiro é possível assinalar a delimitação dos perímetros dos aglomerados ^{urbanos,} / uma vez aprovados nos termos da Lei e bem assim efectuar a definição de manchas de solos não defendidos, sendo as primeiras, áreas urbanizáveis por excelência e, as segundas, áreas de possível interesse neste particular, susceptíveis, todavia, de diversos usos alternativos que interessa promover ou preservar (floresta, zonas verdes, infra-estruturas públicas, vias de comunicação, zonas de valor biológico ou histórico e outros). Importa pois que, através de mecanismos próprios de natureza financeira, creditícia e por via-administrativa a Câmara Municipal impeça a degradação dessas áreas do Concelho de enorme interesse para a Comunidade, nomeadamente na criação activa de alternativas urbanísticas para construção. Acontece, por outro lado, que o actual executivo da Câmara Municipal tem dado sobejas provas de um inteligente, operoso e bem conseguido esforço no que respeita à política habitacional. Parece pois oportuno que, à luz desta Zonagem, tendo em conta a localização espacial, dimensão e caracterização das manchas de solos não defendidos, seja possível enunciar e estabelecer, em bases muito sólidas, uma política habitacional para horizonte temporal suficientemente dilatado que enquadre com racionalidade e realismo as forças economico-sociais, latentes ou em rápida expansão. Constituiria tal política urbanística, delineada nestes moldes, pela sua dinâmica própria, um assinalável meio de desencorajar a construção clandestina e anárquica, a construção ilegal de facto consumado assumindo deste modo um obvio meio de defesa dos solos agrícolas, de incidência indirecta debaixo deste ponto de vista e inequivocamente prioritário. Assim a Comissão " ad-hoc", no uso do seu mandato, por unanimidade de todos os seus membros incluindo os ausentes, submete à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte proposta: "Que a Câmara Municipal de Aveiro apresente a esta Assembleia Municipal, em tempo útil, com meta temporal a indicar nesta sessão, as linhas orientadoras de uma política espacial, designadamente urbanística com as bases pressupostas acima explicitadas".

PROPOSTA 2 - "A Comissão "ad-hoc", por unanimidade de todos os seus membros, e como uma das formas preveligiadas de sensibilização pública, ou seja os centros de decisão ao nível de Distrito, apresenta como proposta, cuja ratificação solicita a esa Assembleia Municipal, que os membros deste or-

gão autárquico, que simultaneamente fazem parte da Assembleia Distrital, levem ao conhecimento deste órgão Regional as preocupações colectivamente assumidas hoje para a próxima sessão daquele órgão a realizar em Dezembro p.f.!!

Continuando no uso da palavra, o mesmo Vogal apresentou uma carta dos solos e prestou pormenorizados esclarecimentos acerca das classes e características dos mesmos colocando-se à disposição dos Senhores Vogais para todas as questões que porventura quisessem formular.

A Vogal Maria Antónia perguntou se a carta apresentada abrangia todo o Concelho de Aveiro ou somente a cidade, ao que o Vogal Ramalheira respondeu que a mesma é efectivamente extensiva a todo o Concelho.

Perguntou ainda a mesma Vogal se na referida carta está incluída a Quinta de S. Francisco, sita em Eixo, cujo solo é riquíssimo e segundo lhe parece irá ser destruída, perguntando ainda se a Câmara não terá poderes para a proteger.

Seguidamente, o Vogal António Alves perguntou se não seria possível a recuperação de alguns terrenos do nosso Concelho que são frequentemente evadidos por águas salgadas e que foram, em tempos, considerados solos de primeira.

O Vogal Ramalheira respondeu às perguntas formuladas por aqueles Vogais.

Imediatamente a seguir o Vogal Carlos Candal ao referir-se, também, à Quinta de S. Francisco, perguntou porque é que a Junta de Freguesia de Eixo não propõe à Câmara, por escrito, a expropriação por utilidade pública da referida Quinta ou então porque não a aquisição da mesma por parte da Câmara Municipal.

Também o Vogal Henrique Domingos, no uso da palavra, salientou que a Quinta de S. Francisco é de facto uma coisa ímpar e muito importante que urge defender.

Seguidamente, o Vogal Encarnação Dias disse conhecer, muito bem, os problemas da Quinta de S. Francisco e disse ter conhecimento que a Universidade também manifestou o seu interesse em a adquirir, pelo que entendia que a Câmara Municipal, antes de encetar qualquer diligência, deveria entrar em contacto com o Reitor da Universidade.

No uso da palavra o Presidente da Câmara teceu algumas considerações sobre o assunto e comunicou que irá tentar saber junto da Universidade, o que se passa mais em pormenor.

Também o Presidente da Junta de Freguesia de Eixo prestou informações sobre a Quinta de S. Francisco.

Seguidamente a Vogal Maria Antónia, no uso da palavra, sugeriu

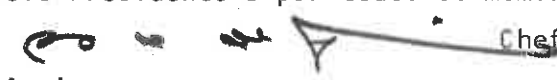
que a próxima visita ao Concelho dos membros da Assembleia, incluisse uma visita à referida Quinta.

Dado o adiantado da hora, o Presidente da mesa declarou suspensa a presente reunião.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do nº 4 do Artº 105 da Lei nº 79/77, de 25 de Outubro, a fim de as respectivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Presidente e por todos os membros presentes, depois de subscrita por mim,  Chefe da secretaria da Câmara Municipal de Aveiro.

